

Como tirar as pedras do caminho

Conforme os últimos dados disponíveis na Receita Federal, o peso dos tributos sobre a economia aumentou mais de 10 pontos percentuais desde 1993, saltando de 25,72% do Produto Interno Bruto (PIB) para 35,85% em 2012, nível no qual se encontra hoje.

Pelo chamado impostômetro, mantido pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), de 1º de janeiro deste ano até o último dia 13 os brasileiros, pessoas físicas e jurídicas, já haviam mandado para os cofres públicos R\$ 1,143 trilhão, em impostos, taxas, contribuições etc. Especificamente para a União, enviaram R\$ 954,323 bilhões.

O presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), João Eloi Olenike, já disse, em entrevista, que o maior problema é que a tributação, no Brasil, concentra-se no consumo e nos salários. De caráter regressivo, a tributação sobre o consumo pune os mais pobres, porque as alíquotas incidem sobre o preço final dos produtos. Para uma mercadoria que custa R\$ 5 e tem alíquota de 20%, o consumidor pagará R\$ 1 de tributo, independentemente da classe social.

“Hoje, no Brasil, não temos uma política tributária para que haja uma arrecadação de acordo com a capacidade contributiva de cada cidadão. Existe, sim, uma política de arrecadação tributária. Aquela do quanto mais eu arrecadar, melhor”, comentou Olenike. A carga tributária no País, além de ser alta para os padrões mundiais, na avaliação de especialistas, ainda é maior para os setores mais produtivos, taxados em cerca de 40% do faturamento, ressalta Olenike.

EM 2012, OS TRIBUTOS sobre o consumo e os salários corresponderam a 76,26% da arrecadação, segundo o mais recente levantamento da Receita Federal. Nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo que reúne nações desenvolvidas, a média correspondia a 58,35% no ano precedente.

Apesar do aumento da carga tributária nas últimas duas décadas, a Receita Federal não considera o peso dos impostos sobre a economia alto em relação a outros países. Segundo o órgão, o Brasil está numa posição intermediária na comparação com os 27 países da OCDE. Além disso, o Fisco afirma que alguns países como o Chile, cuja carga tributária soma 21,8% do PIB, não têm Previdência Social.

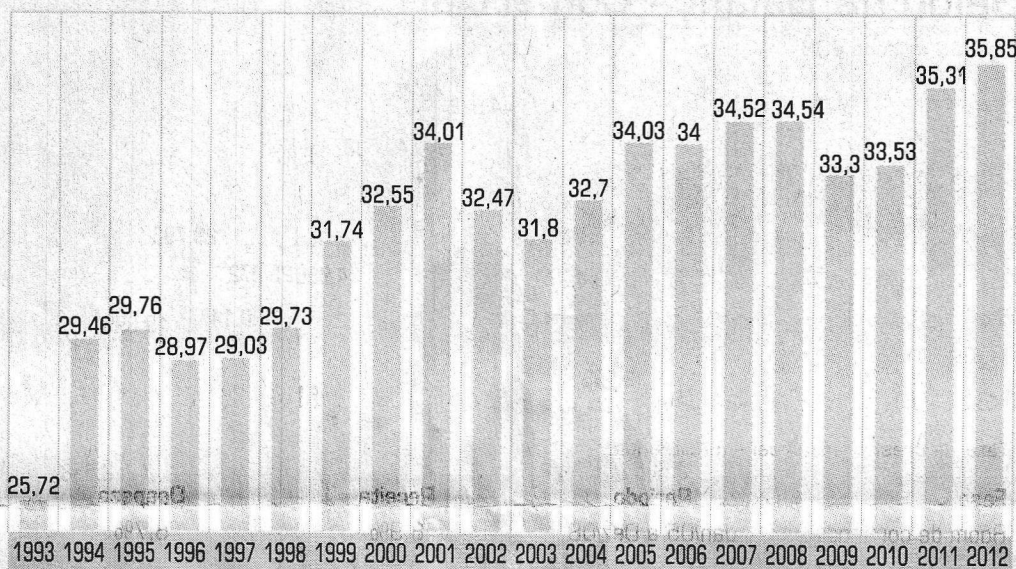
Na Confederação Nacional da Indústria (CNI), que fez amplo estudo em várias áreas para calçar as recomendações entregues aos candidatos à Presidência da República, a avaliação é de que o sistema tributário brasileiro restringe mesmo o desenvolvimento econômico. “Por sua elevada complexidade e falta de racionalidade, que se refletem na elevada carga tributária, nos numerosos regimes especiais de tributação e nos custos acessórios de conformidade, a tributação atual comprova que nossa competitividade é impõe limites à expansão das empresas”, analisa a entidade.

Há cerca de duas décadas, de acordo com a CNI, o setor privado em geral, e a indústria em especial, vem se debatendo por uma ampla reforma do sistema tributário brasileiro. “O sistema atualmente em vigor sofreu diversas alterações, algumas na direção correta, mas ainda prevalece a estrutura anacrônica de um sistema desenhado para outro momento da economia brasileira e da própria economia mundial.” Nesse período, destaca, a carga tributária aumentou expressivamente e a qualidade do sistema deteriorou-se; o mundo exterior se transformou e o processo de inserção do Brasil na economia mundial se intensificou, diz ainda.

Simplificar e reduzir – estas são as recomendações básicas de empresários, executivos e especialistas quando se trata da carga tributária no País, que recai sobre todos os segmentos da vida brasileira, ou seja, das grandes corporações até os desempregados. Os efeitos desta carga reduzem a capacidade de investimentos, encarecem a produção, corroem a competitividade e retiram dinheiro do consumo, contendo o sempre adiado crescimento consistente da economia.

Carga tributária

Em % do PIB



Fonte: Receita Federal

Hoje, no Brasil, não temos uma política tributária para que haja uma arrecadação de acordo com a capacidade contributiva de cada cidadão. Existe, sim, uma política de arrecadação tributária. Aquela do quanto mais eu arrecadar, melhor”

João Eloi Olenike,

presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT)

Conforme a entidade empresarial, a carga tributária brasileira é próxima daquela registrada nos países mais desenvolvidos, porém o retorno em termos de qualidade do serviço prestado pelo Estado é muito menor. “Mais grave, a nossa carga tributária é muito maior que a suportada pelos nossos concorrentes – os países emergentes”, aponta.

Quando se leva em consideração a renda per capita do País, a CNI diz que o nível excessivo da carga tributária brasileira fica mais evidente, permitindo concluir que “a característica brasileira de possuir uma elevada carga tributária e baixa renda per capita é única entre os principais países emergentes”. “A tributação elevada, incidente sobre uma renda per capita pequena, reduz fortemente a renda disponível no setor privado. O resultado disso é menos consumo por parte das famílias e, dessa forma, um mercado interno menor para as empresas.”

O problema, contudo, não para por aí. O estudo cita que, como o total de gastos públicos supera o volume de receita, a necessidade de financiamento do déficit público drena os recursos poupados pelo setor privado. “A consequência é a elevação das taxas de juros e a redução dos recursos disponíveis para financiamento dos investimentos e do consumo das famílias”, completa.

Para a CNI, estabelecer as linhas gerais das alterações a serem feitas no sistema tributário, de início, aumenta a viabilidade de uma reforma tributária. Enquanto uma ampla reforma do sistema tributário não ocorrer, é preciso ir gradualmente fazendo correções em sua estrutura e em suas regras atuais, para pelo menos começar a caminhada rumo a uma economia mais forte.

NA LISTA DE RECOMENDAÇÕES da CNI para a reforma do sistema tributário brasileiro, está a desoneração tributária completa de investimentos e exportações e a unificação dos tributos incidentes sobre circulação de bens e serviços (IPI, PIS/Pasep, Cofins, ICMS, ISS, Cide-Combustíveis), mesmo que alguns permaneçam sob administração de diferentes níveis de governo. Também propõe juntar as contribuições sociais da seguridade (Cofins e PIS/Pasep) em uma única contribuição sobre o valor adicionado (Imposto sobre Valor Adicionado Federal – IVA Federal).

Consta igualmente da lista a garantia de não cumulatividade na tributação sobre valor adicionado, com o uso pleno e imediato como crédito de todos os valores pagos do tributo nas fases anteriores da cadeia produtiva. A entidade propõe, ainda, simplificar e atualizar, em termos da experiência mundial, a tributação sobre a renda e a unificação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A extinção da CIDE-Transferências, com tributação das operações atualmente taxadas apenas pelo Imposto de Renda, figura também nas recomendações.

Como todo o processo de mudança tende a demorar, por envolver diferentes instâncias de poder, a CNI entende que se pode começar com os ajustes mais urgentes. Assim, propõe que, de imediato, seja reduzida a cumulatividade, aprimorado o processo de desoneração da folha de pagamentos das empresas e permitida a ampla compensação de saldos credores de tributos federais. Recomenda também, entre as medidas urgentes, equacionar a questão dos incentivos fiscais no âmbito do ICMS (a chamada guerra fiscal, avançar na simplificação e na desburocratização das obrigações tributárias, ampliar gradativamente os prazos para pagamentos de tributos, compatibilizando-os com as práticas comerciais, e aumentar o número de tratados internacionais para evitar dupla tributação).